

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Cavallo não recomenda dolarizar os preços para estabilizar o Brasil 159

O ministro argentino da Economia, Domingo Cavallo, garantiu ontem que "nunca" recomendou ao Brasil a adoção de um plano de ajuste econômico de livre conversão da moeda como o que vigora em seu país. "O Brasil não necessita dos mesmos mecanismos de ajuste que se aplicaram na Argentina, porque nunca chegou à destruição total de seu sistema monetário, como ocorreu aqui com a hiperinflação" (em 1989 e 1990), disse Cavallo em uma entrevista a correspondentes estrangeiros em Buenos Aires.

Cavallo observou, segundo a agência EFE, que as medidas aplicadas até agora pelo ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso "são um ponto de partida para estabilizar a economia" do Brasil. O ministro argentino se referiu à eliminação de restrições para a compra e venda de moedas estrangeiras e os limites impostos ao Estado "para que somente compre divisas para cumprir seus compromissos no exterior".

"Muito provavelmente isso vai permitir que se reduza a taxa de inflação", disse Cavallo, acrescentando que "há progressos no setor fiscal porque se está reduzindo o déficit do Tesouro brasileiro". Sobre isso, especificamente, ele comentou: "Esse é um bom ponto de partida que permitirá ao mundo político e à gente do Brasil ir medindo os benefícios da desinflação ainda que seja gradual. Isso pode criar o necessário apoio político e civil para que o Brasil se lance a uma luta mais dura e contundente contra a inflação".

O ministro argentino fez questão de lembrar que "nunca sustentei que o Brasil precisasse aplicar os mesmos mecanismos para combater a inflação que vigoram na Argentina, onde o tipo de câmbio se



Domingo Cavallo

mantém em um peso para um dólar há dois anos e meio".

MERCOSUL

Sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul), grupo que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, Cavallo considerou "uma boa idéia", a proposta brasileira de codenar o tipo de câmbio entre os países-membros. Argentinos e brasileiros, disse ele, querem evitar "as desvalorizações competitivas", que podem favorecer as exportações de um país em detrimento de outro. O governo argentino deseja que os brasileiros eliminem os subsídios implícitos nas tarifas de energia elétrica e gasolina, que, na opinião de Buenos Aires, beneficiam as exportações brasileiras.

Tanto o Brasil como a Argentina, disse Cavallo, querem "eliminar fatores que provoquem reduções artificiais de custo de produção em um lado e aumentos artificiais de outro". Segundo o ministro "sempre haverá assimetria de custos como por exemplo nos salários", que no Brasil são menores.

"Se nós argentinos queremos manter nosso nível salarial teremos de melhorar a produtividade e aproveitar melhor a nossa mão-de-obra para poder competir", afirmou o ministro argentino.

Fernando Henrique assina acordo com 11 estados e afasta idéia de choque 157

Onze estados — Alagoas, Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins —, o Distrito Federal e a Prefeitura de Porto Velho assinaram ontem os termos de compromisso da rolagem de suas dívidas junto aos credores oficiais federais. Em conjunto, eles pagaram US\$ 55 milhões ao Tesouro Nacional, em cumprimento ao compromisso de retomar o fluxo de pagamento das parcelas da dívida, suspenso desde setembro de 1991. A dívida desses estados, no total, é de US\$ 6,5 bilhões.

O documento que eles assinaram é apenas uma declaração de compromisso. A rolagem da dívida propriamente dita só ocorrerá quando forem assinados contratos definitivos com os credores (CEF, BB, BNDES, Basa, BNB). Para isso, ainda é necessária a aprovação de um projeto de lei regulamentando a operação. Esse projeto encontra-se em tramitação no Senado.

Também é necessário que o Senado aprove uma resolução dizendo quanto de sua receita será comprometida com os pagamentos. O governo federal gostaria que fosse 11%, os estados brigam para que seja 7%. Depois disso, serão assinados os contratos pelos quais a União prorrogará por 20 anos o prazo para o pagamento dessas dívidas, em troca da vinculação da receita estadual com esses pagamentos. "Com isso, o problema fica resolvido de forma eficaz para o futuro", disse o secretário executivo do ministério, Clóvis Carvalho. "Não há mais chance de os estados não pagarem as dívidas, porque a receita, por vontade soberana, ficará vinculada aos pagamentos." As outras tentativas de renegociação das dívidas fracassaram porque as garantias oferecidas pelos estados não eram aceitas pelo Tesouro, que as considerava ruins. Alguns estados ofereciam prédios de escolas ou de delegacia como garantia de suas dívidas.

O ministro da Fazenda aproveitou a solenidade da assinatura dos termos de compromisso para a rolagem das dívidas de onze estados, além do Distrito Federal e da Prefeitura de Porto Velho, para falar sobre política econômica.

"O governo sabe como lidar com a especulação, seja no mercado financeiro, seja nos ativos reais", disse ele. "Esses agentes, quando especulam na sexta-feira, perdem na segunda, como perderam na segunda-feira. O governo, assim como puxou as taxas de juro para ci-

"Câmbio livre trará investimentos" 158

O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo Andrade Vieira, defendeu a liberalização total do câmbio, ao abrir a reunião da câmara setorial da indústria automobilística, ontem à tarde, no Ministério da Fazenda. A liberalização do câmbio, segundo ele, levaria à queda dos juros e poderia aumentar em US\$ 15 bilhões, a curto prazo, os investimentos estrangeiros no País. Para Vieira, que conversou com o ministro Fernando Henrique Cardoso antes de fazer as declarações, já existem condições para se iniciar o processo de liberalização cambial no País.

Ao deixar a reunião, Andrade Vieira explicou que tomara a iniciativa de defender à liberalização do câmbio — assunto tratado com a máxima cautela na Fazenda e no Banco Central (BC) para afastar as especulações sobre a adoção de um choque, com dolarização da economia, que se seguiria a liberdade cambial.

"Isso não corresponde à verdade. É justamente o contrário. Liberdade cambial significa o fim da intervenção do governo. Esses boatos só interessam a pessoas mal-intencionadas, pescadores de águas turvas", acusou Vieira. Depois de pintar um quadro favorável das perspectivas da economia brasileira, Andrade Vieira, que acumula interinamente o Ministério da Agricultura, disse que a livre movimentação de moeda estrangeira permitiria às multinacionais financiar diretamente a produção agrícola, liberando o Tesouro de uma despesa da ordem de US\$ 6 bilhões por ano.

"Tão logo os agentes econômicos se convencessem de que não haveria mais controle, os investimentos estrangeiros aumentariam com muita rapidez porque as empresas multinacionais passariam a ser financiadas diretamente por suas matrizes, viabilizando projetos que hoje estão engavetados", disse o ministro.

Para ele, quem está contra a liberalização do câmbio são as mesmas pessoas que ganham com a diferença de taxas entre o dólar comercial e o dólar paralelo. O ministro não acredita que o livre trânsito da moeda estrangeira ameace as reservas internacionais do País.

"Temos US\$ 25 bilhões em reservas. Será preciso chegar a US\$ 50 bilhões para se fazer a liberalização?", disse.

Sobre a questão do redutor de preços, o ministro disse que "os indicadores econômicos são satisfatórios. Há crescimento da produção e do nível de emprego. O governo está fazendo o ajuste fiscal que prometeu. Não há porque essa expectativa de inflação ascendente.

Por isso propus ao ministro Fernando Henrique Cardoso a idéia do redutor e ele me pediu que a levasse até os empresários. É uma idéia que eu joguei na mesa para negociação", explicou Andrade Vieira.

Segundo o ministro, se os empresários fizerem a parte que lhes cabe e não reajustarem seus preços pela inflação integral, o governo também poderá fazer a sua parte no que se refere aos preços e tarifas públicas.

ma, pode puxar para baixo. A equipe tem competência técnica, sabe dos instrumentos de que dispõe e tem o apoio do presidente da República", disse ele a uma plateia onde havia sete governadores (Geraldo Bulhões, Albuino Azeredo, Iris Rezende, Jaime Campos, Joaquim Francisco, João Alves e Moisés Avelino).

Cardoso mostrou-se irritado com a boataria da segunda-feira, quando uma viagem sua ao Rio de Janeiro serviu para aumentar expectativas em torno de um pacote. "Fui ver minhas netas. Assim, não dá", desabafou ele. Novamente, Cardoso afirmou que não haverá choques e o caminho a ser tomado é o que foi anunciado no dia de sua posse: a clareza nas contas públicas em primeiro lugar. "Vamos manter nosso esforço para colocar a casa em ordem. Estamos fazendo a reforma fiscal sem disso fazer grande alarde", disse ele. O que mantém a inflação alta, segundo o ministro, é apenas especulação.

"Se estamos fazendo a nossa parte, não há por que essa espiral de angústias continuar beneficiando al-

guns", disse ele. "Claro que há maneiras mais incoerentes de acabar com isso, mas motivos eleitorais e avaliações sobre se é melhor adotar medidas agora ou depois não vão me afastar das minhas convicções, que são também as convicções do presidente Itamar Franco sobre o que é melhor para o País. Não quero sair daqui com a fama de quem acabou com a inflação em um mês, sabendo que ela voltará no mês seguinte", disse ele a poucos metros de um dos líderes do PMDB, o governador goiano Iris Rezende (a crise no PMDB na página 5). "Para os que querem espetáculo, há a área apropriada, que não é a economia. Aqui não temos que fazer espetáculo. Temos que trabalhar com afinco e não nos afastar da palavra que foi dita." O ministro não descartou a possibilidade de promover alguma mudança em sua política econômica, mas garantiu que elas serão previamente discutidas. "Sou contrário à administração por sopetões", disse o ministro.

Fernando Henrique Cardoso cobrou dos políticos e empresários maior compromisso com a população mais pobre, lembrando que a especulação e a instabilidade na economia atingem principalmente a população mais humilde, que tem menos instrumentos para se defender da inflação. "Não dissocio o que ocorre nas bolsas, o que ocorre no Banco Central, do que ocorre com essa gente. As populações mais pobres chegaram a seu limite. Essas especulações têm que acabar porque precisamos olhar para esse povo. Daqui em diante, isso passa a ser cruzada nacional."

Entre setembro e outubro o Ministério da Fazenda estará liberando 38% dos recursos orçamentários, observou Fernando Henrique. Também é intenção da equipe "jogar com o processo de privatização", visando a um equilíbrio das contas em 1994. Qualquer das medidas em estudo, entretanto, não será antecipada para atender a pressões especulativas ou eleitoreiras, explicou o ministro.

Donelli defende redutor